

***“É o Sangue que faz a Expição”:
Uma Leitura de Levítico 17***
***“It is Blood That Makes The Atonement”:
A Reading of Leviticus 17***

Resumo

Levítico 17 exige que todo abate de animal seja levado ao Templo e proíbe comer o sangue do animal, pois ele é fundamental no rito de expiação. O projeto de centralização religiosa no Templo começa no tempo de Ezequias para obter as bênçãos de Deus (716-687 a.C.), consolidado no tempo de Josias (640-609 a.C.) e, no exílio e pós-exílio, as leis de centralização são relidas, ampliadas e aplicadas para que a pessoa se tornasse pura diante de Deus. O sistema do templo, com as leis da pureza e da culpa individual, exige a realização de sacrifícios de expiação, restabelecendo assim a comunhão com Deus. Com a eliminação de outras divindades, os rituais de purificação são feitos pelos sacerdotes, que por meio da Lei controlam os corpos das mulheres e dos homens.

Palavras-chave: centralização, sacrifício, pecado, expiação, sangue e vida

Abstract

Leviticus 17 requires that every slaughtered animal be brought to the Temple and forbids eating animal's blood, for it is central in the rite of atonement. The project of religious centralization in the Temple begins in the period Hezekiah (716-687B.C.), as a way of obtaining God's blessings. It becomes consolidated during the reign of Josiah (640-609 B.C.) and turns to be laws. During the exile and post-exile, these laws are reread, expanded and applied to make a person pure before God. The temple system, with its laws of purity and individual guilt, requires the ritual of sacrificial offering of atonement, to re-establish the communion with God. With the elimination of other deities, the priests perform the purification rituals, who take control of both women's and men's bodies.

Key words: Centralization, sacrificial offering, sin, atonement, blood and life.

¹ Maria Antônia Marques é mestra e doutora em Ciências da Religião pela UESP – Universidade Metodista de São Paulo (2008), assessora do Centro Bíblico Verbo e professora no Instituto São Paulo de Estudos Superiores – ITESP. (Endereço eletrônico: ma.antoniacbv@yahoo.com.br). Esse artigo é fruto de diálogo com Shigeyuki Nakanose; leitura e correção de Rafael Barbosa.

Introdução

Todas as culturas possuem rituais de purificação. O livro do Levítico detalha como se fazia o ritual de purificação para restabelecer o contato com a divindade e afastar as impurezas. Há algum tempo, conheci uma mulher que trabalhava como balconista durante o dia e, no final da tarde, vendia seu corpo para completar sua renda e poder pagar suas contas. Ela me disse que toda sexta-feira tomava um banho com sal grosso e rosas brancas. Ela ainda acendia uma vela. Para ela, o sal grosso e as rosas brancas tinham propriedades especiais e ajudavam a limpar e a purificar o corpo. Ela acreditava no poder purificador do fogo, por isso a vela acesa era para afastar as energias negativas e trazer o bem para a vida dela.

Independente de uma orientação institucional, a mulher procura meios para apaziguar sua consciência. Há um esquema de erro, condenação e pagamento. Fenômeno semelhante acontece quando as pessoas, na igreja católica, procuram a confissão, em geral perguntam: qual a minha penitência? Há a necessidade de fazer algum gesto ou sacrifício para apagar o pecado. Essa mesma realidade constatamos na história do povo de Israel. A leitura do livro do Levítico nos possibilita compreender alguns desses rituais e como eles foram centralizados e enquadrados dentro das normas da pureza. Com o coração aberto, vamos à leitura desse livro.

Nas traduções modernas da Bíblia, o terceiro livro do Pentateuco é denominado “Levítico”, termo que deriva do grego e que foi assumido pela versão latina, a *Vulgata*. Esse título se deve ao fato de o seu conteúdo tratar de questões sacerdotais. Segundo a tradição, os sacerdotes têm sua origem na tribo de Levi. No hebraico, o título desse livro vem da primeira palavra: *wayyiqra*, “e ele chamou”. O livro do Levítico tem uma estrutura fácil de ser compreendida: os sete capítulos iniciais apresentam os diferentes tipos de sacrifícios e suas respectivas exigências (1-7). Após esse bloco, segue a narrativa da instituição do sumo sacerdote (8-10), o estabelecimento das regras de impureza e dos ritos de purificação (11-16), o código de santidade (17-26) e um apêndice sobre o resgate de ofertas prometidas em voto (27).

No Levítico, a fórmula “Iahweh falou a Moisés” – o qual representa uma personagem mística e o patrono da Lei na redação pós-exílica – ocorre cerca de cinquenta e seis vezes. Em três dessas ocorrências, Aarão é nomeado junto de Moisés (11,1; 14,33; 15,1) e apenas uma única vez a palavra de Iahweh é dirigida particularmente a Aarão (10,8). Dezesete dos vinte e sete capítulos que compõem a obra começam com a fórmula “E Iahweh disse”. Mais do que qualquer outro livro do Antigo Testamento, o Levítico reivindica a autoridade de ser palavra divina para a humanidade.

É difícil afirmar, com certeza, as datas para os textos do Levítico. O Pentateuco tem diferentes etapas em sua composição: existe uma tradição sacerdotal básica, ou a mais antiga, como também uma secundária e o Código

de Santidade (Lv 17-26). E ainda é preciso considerar que há antigas tradições nas várias seções do Levítico (SCHENKER, 2010, p.238). Muitos pesquisadores concordam, no entanto, que a redação final livro do Levítico (e partes de Gn, Ex e Nm) é do pós-exílio (KAISER, 1994, p.996).

Retomando a história

Levítico 17 exige que todo abate de animais domésticos seja levado à Tenda da Reunião (Lv 17,1; 1,3.5). A centralização no templo de Jerusalém começou no reinado de Ezequias (716-687 a.C.). Na tentativa de se libertar do jugo da Assíria, ele fortificou e militarizou Jerusalém, acabando com os vários locais de culto, estelas e símbolos de Aserá, inclusive destruiu a serpente de bronze atribuída a Moisés, que tinha se tornado um objeto de culto (2Rs 18,4). O Deus Iahweh foi transformado em divindade exclusiva. Isso deve ter sido doloroso para o povo acostumado com seus cultos agrários e ancestrais.

Nesse período, a partir da tomada da Samaria pelos assírios, em 722 a.C., houve grandes deslocamentos de pessoas do Israel Norte para Judá, que nesse momento teve um grande avanço econômico e atingiu um maior desenvolvimento em todas as suas áreas. As tradições trazidas do Israel Norte foram retomadas, dando origem ao núcleo mais antigo do livro do Deuteronômio (Dt 12-26). As leis mais radicais de centralização foram aplicadas para o culto no templo de Jerusalém, provocando a exploração e o sofrimento do povo (Mq 3). A invasão de Senaquerib, em 701 a.C., pôs fim às reformas de Ezequias. O rei só conseguiu permanecer no poder porque se submeteu ao jugo do rei da Assíria. Seu sucessor, Manassés (687-642 a.C.), assumiu uma política colaborativa em relação aos assírios e estabeleceu novamente os lugares altos e os símbolos das divindades estrangeiras.

O reinado de Manassés foi muito criticado pela historiografia deuteronomista (2Rs 21,1-18), mas foi um período de estabilidade e importante desenvolvimento para Judá. Em 642 a.C., Amon assumiu o poder, mas foi assassinado após dois anos de governo (2Rs 21,19-23). O povo da terra (*'am haaretz*), ou seja, os grandes proprietários de terra, colocaram Josias no poder, um garoto de oito anos de idade. Nesse período, a Assíria estava enfrentando guerras contra a Babilônia. O Egito ainda não tinha se reerguido como grande potência. Esse vazio de poder permitiu a Josias retomar e dar continuidade à reforma iniciada por Ezequias.

O rei Josias soube aproveitar o momento histórico, substituindo a dependência e a fidelidade ao imperador assírio pela devoção a Iahweh. “O rei mandou que o sumo sacerdote Helcias, os sacerdotes de segunda ordem e os guardas da porta tirassem do santuário de Javé todos os objetos feitos para o culto de Baal, de Aserá e de todo o exército dos céus. Os objetos foram queimados fora de Jerusalém, no vale do Cedron, e as cinzas foram levadas

para Betel” (2Rs 23,4)². A reforma de Josias centralizou o culto no templo de Jerusalém, agora considerado o único lugar legítimo para a oferta dos sacrifícios. O Deus Iahweh se torna a divindade única do povo de Israel. O principal objetivo dessa reforma era centralizar e fortalecer a autoridade do rei único, descendente da casa davídica: um só Deus, um só templo, um único reino e um único rei.

Tudo foi concentrado no templo de Jerusalém. O texto bíblico reforça que a celebração da Páscoa, por ordem do rei, foi centralizada e ainda afirma: “Nunca tinha sido celebrada uma Páscoa como essa, desde o tempo em que os juízes governavam Israel, nem durante todo o tempo dos reis de Israel e Judá. Foi somente no ano dezoito do rei Josias que tal Páscoa de Javé foi celebrada em Jerusalém” (2Rs 23,22-23). Essa afirmação evoca o caráter inovador e transformador da reforma de Josias.

As reformas nacionalistas de Josias foram legitimadas pela profetisa Hulda, mulher de um funcionário do Templo (2Rs 22,11-20). As mudanças realizadas por Josias são de caráter religioso, mas o objetivo é fortalecer o seu poder e criar condições para sua política expansionista (KAEFER; DIETRICH, 2022, p.151). O profeta Jeremias se posiciona contra essa forma de agir, proclamando: “Assim diz Javé: Se vocês não me obedecerem, seguindo a Lei que promulguei para vocês, e se não escutarem o que dizem meus servos, os profetas, que eu lhes envio sem cessar, embora vocês não o escutem, então eu vou fazer deste Templo o que fiz com o santuário de Silo, e desta cidade farei uma coisa maldita para todas as nações da terra” (Jr 26,4-6). Na visão do profeta, a condição para Iahweh habitar no meio do povo é a prática da justiça social (Jr 7,5-8).

Os interesses de Josias entraram em choque com os do Egito. Josias foi morto pelos exércitos do faraó Necao, em Meguido, em 609 a.C., terminando assim o sonho de expansão e de independência de Judá. Dando continuidade à política de Josias, o rei Joaquim (609-597 a.C.) fez aliança com o Egito, entrando em conflito com a Babilônia. O rei morreu durante o cerco do exército babilônico e Joaquin, seu filho, assumiu o trono. Após três meses, ele foi deportado para a Babilônia junto com as elites governantes, inclusive o sacerdote Ezequiel (Ez 1,1-3), que no exílio assumirá a atividade de profeta.

Na visão de Ezequiel, Joaquin era o verdadeiro continuador da dinastia davídica, e os primeiros judeus exilados eram o verdadeiro povo de Deus. A mensagem desse profeta era conforme a ótica teológica da monarquia davídica. Ele conscientizou os primeiros exilados a respeito da situação de Jerusalém sob o reinado de Sedecias (597-587 a.C.), que inicialmente se submeteu à Babilônia, mas depois acabou deixando de pagar os tributos, assumindo uma política militarista e expansionista, provocando a devastação de Jerusalém e a destruição do templo. Segundo a narrativa bíblica, o rei foi preso; a sua famí-

² Os textos bíblicos citados foram extraídos da Nova Bíblia Pastoral. São Paulo: Paulus, 2015.

lia, torturada; e parte da população foi deportada em 587 a.C. (2Rs 25,1-21).

Em Judá, os babilônios colocaram Godolias como governador. Ele faz aliança com Jeremias e, juntos, se reorganizam a partir de Masfa, um antigo santuário do Israel pré-monárquico. Godolias foi assassinado por um descendente da monarquia davídica, e parte da população, por medo de represálias da Babilônia, foge para o Egito, levando consigo Jeremias – contra a vontade dele. De fato, a Babilônia interveio e aconteceu a terceira deportação, em 582 a.C. (cf. 2Rs 25,22-26; Jr 52,28-30).

Por que fomos exilados? Javé nos abandonou?

O grupo de Ezequiel considera o exílio da Babilônia e a destruição do templo de Jerusalém, em 587 a.C., como castigo de Iahweh. O motivo do desastre nacional não foi por que Iahweh, o Deus todo-poderoso, não conseguiu proteger o seu povo, mas devido ao pecado do próprio povo de Israel, especialmente à infidelidade dos governantes de Jerusalém (Ez 8,1-18; 22,23-31). Esse grupo acreditava que a Babilônia era instrumento de Iahweh, cooptado pelo Templo, para castigar quem cultuava outras divindades, rompendo a aliança com o Deus de Israel (Ez 6,1-14; 11,9-10; Nakanose; Marques, 2024, p. 16).

O perdão dos pecados exigia que o povo observasse os estatutos e se voltasse para Iahweh, o Deus único, preservando, assim, a pureza, ainda que em terra estrangeira. O livro de Ezequiel considerava os remanescentes de Jerusalém e dos arredores de Judá como impuros. Ezequiel e seu grupo acreditavam ser o verdadeiro povo de Deus e os legítimos herdeiros da terra santa de Judá, com a presença de Javé no meio deles (Ez 11,15; 33,23-29).

No exílio e no pós-exílio, surgiu a questão da pureza e da culpa individual. Os exilados deviam manter-se puros em terra estrangeira, observando os estatutos e as normas de Iahweh, em especial a circuncisão, o sábado e as leis da pureza. A partir do exílio, a ideia predominante é a de que cada pessoa será julgada e condenada por Deus conforme os seus pecados (Ez 18,1-32). As normas e os rituais de pureza eram vistos como leis de Iahweh e, segundo o ensinamento da época, o acesso à salvação exigia o cumprimento individual dessas normas e rituais. Isso fez com que o povo se distanciasse das noções de justiça e de prática social, especialmente no cuidado com os necessitados (cf. Is 58,1-12).

Conforme a teologia da retribuição, a pessoa que cumprisse a Lei seria abençoada com riqueza, vida longa e descendência, principais bênçãos do povo judeu. Nesse período, começou um processo de discriminação contra os pobres, os doentes e as pessoas estéreis, considerados castigados por Deus por não cumprirem a Lei. Havia situação de impureza permanente, como a do estrangeiro e das pessoas com deficiência física; havia também as impurezas

transitórias, como o contato com sangue, cadáver e líquidos que saem do corpo do homem e da mulher (Lv 11-15; 18-20).

Por trás do livro de Ezequiel, está o grupo sacerdotal, que arquiteta a restauração da monarquia davídica, propondo a unificação dos dois reinos sob um único pastor, o novo Davi; a restauração do novo santuário no meio de povo, no qual Iahweh habitará para sempre, restabelecendo a aliança de paz (37,1-15). Mas o projeto de restaurar a monarquia foi impedido pelo império persa, o novo senhor do mundo. Após o fim do exílio da Babilônia, os persas permitiram ao povo de Israel a reorganização religiosa a partir do templo de Jerusalém e os sacerdotes da linhagem oficial sadoquita assumirão o poder religioso e político, instaurando a teocracia.

Reorganização do grupo da *golah* (a elite repatriada)

O projeto de restauração do grupo de Ezequiel teve o apoio do império persa. O Templo foi reconstruído em 515 a.C. e foi restabelecido o sistema do Templo (tendo Iahweh como o Deus único, a teologia da retribuição, a lei da pureza, os sacrifícios, a sacralização do sábado, as festas, as ofertas dos produtos da terra para o deus Iahweh etc.) como principal meio de arrecadação de tributos para o enriquecimento da teocracia de Jerusalém e do Império persa, acentuando o sofrimento do povo (cf. Is 66,1-4; Jó 24,1-12; Sl 73; Nakanose; Marques, 2024, p.18).

Na tentativa de justificar o funcionamento do Templo e a distribuição da terra santa, os seguidores de Ezequiel (considerado o “pai do judaísmo oficial”), escreveram a utopia da nova Jerusalém e do povo restaurado com a presença de Iahweh, o Senhor Deus glorioso e transcendente (Ez 40-48). Na Torá de Ezequiel, a cidade santa apresenta o novo Templo com seu altar, ministros, festas e sacrifícios.

Ezequiel 43,13-27 descreve a construção do altar por ordem de Iahweh e os sacrifícios que devem ser oferecidos – o holocausto, o sacrifício pelo pecado, o sacrifício de expiação e o sacrifício de comunhão. Essa narrativa, igualmente, determina que os filhos de Sadoc, uma dentre as famílias de levitas, exerçam o sacerdócio oficial. A partir desse sistema, os benefícios de Iahweh e sua presença na vida do povo estão condicionados à realização dos rituais propostos pelo Templo.

Muitos grupos protestaram contra a reedificação do Templo e a operação do sistema de sacrifícios. Um desses grupos é o do Terceiro Isaías, que, além de criticar a construção do Templo, afirma: “Eu olho para o aflito e aquele de espírito abatido, e também para aquele que estremece diante da minha palavra. Há quem mata um boi, e depois fere um homem. Há quem sacrifica um carneiro no altar, e é como se degolasse um cão. Há quem apresenta uma oferenda, e é como se fosse sangue de porco. Há quem faz uma invocação com incenso, e é como se louvasse um ídolo” (Is 66,2b-3a).

Apesar dos gritos e protestos do povo, prevaleceu a perspectiva sacerdotal. Por que? Em 465, o imperador da Pérsia, Xerxes, foi assassinado e houve revoltas no Egito, que contou com o apoio dos gregos e da província do Transeufrates (Síria, Fenícia, Palestina e Chipre). Com isso, o Egito ganha independência e ameaça invadir a região siro-palestinense. Nessa situação de instabilidade, o império persa enviou Neemias e Esdras para reorganizar e fortalecer a Judeia, região que fazia limite com o Egito. A cidade de Jerusalém, com seu templo, consolidou-se como o centro do poder sociopolítico (Nakanose; Marques, 2020, p.24-25)

O sistema do templo, com a lei do puro e impuro, os sacrifícios e a centralidade do sacerdote, tornou-se fundamental no pós-exílio para que a pessoa restabelecesse a comunhão com Deus. O Templo e a Lei foram usados como mecanismos para a arrecadação de tributos para a manutenção da teocracia de Jerusalém, que repassava uma parte para o império persa. Para consolidar a teocracia e a organização do segundo templo, surge a Torah de Ezequiel (40-48). Esse mesmo grupo parece estar por trás do Código de Santidade, cuja perspectiva, linguagem e interesses são sacerdotais. As leis do capítulo 17 do Levítico, exigindo que se faça o sacrifício no Templo, parece ser uma aplicação das leis centralizadoras do tempo de Josias. Vamos ao texto!

“O sangue é a vida de todo ser vivo” (Lv 17,12)

O capítulo 17 do livro do Levítico apresenta uma estreita ligação entre sangue e vida. O pesquisador Nobuyoshi Kiuchi (2007, p.313) propõe a seguinte divisão:

vv. 1-2: A ordem de Iahweh para Moisés.

vv. 3-7: Proibição contra matar um animal fora do Santuário e a ordem para apresentá-lo a Iahweh como uma oferta de comunhão.

vv. 8-9: Expansão da mesma regra, estendida aos estrangeiros e à oferta queimada – holocausto.

vv. 10-12: A justificativa para a proibição de comer sangue: o sangue é vida e **faz a expiação pela vida**.

vv.13-16: O manuseio do sangue de caça e as medidas de purificação no caso de impurezas.

A introdução do capítulo 17 é apresentada como uma ordem de Iahweh a Moisés para falar a Aarão, a seus filhos e aos filhos de Israel. O texto tem como destinatário os sacerdotes e os israelitas. Essa fórmula se repete mais duas vezes no Levítico (21,24; 22,18). Os sacerdotes eram os responsáveis por transmitir as leis rituais: “Para que vocês possam distinguir entre o sagrado e o profano, entre o impuro e o puro, e possam ensinar aos filhos de Israel todas as leis que Javé deu a vocês por meio de Moisés” (Lv 10,10-11).

Os versículos 3 a 7 falam do abate de animais domésticos: boi, cordeiro ou cabra. Aplicando as leis de centralização, a regra exige que todo abate seja levado à Tenda do Encontro, caso contrário a pessoa será réu de sangue. Na tradição sacerdotal, o termo *shahat* é um termo técnico usado para todo tipo de sacrifício. É necessário apresentar o animal na Tenda do Encontro (Lv 17,4.6.8), diante de Iahweh (Lv 17,4; cf. 4,4). A Tenda do Encontro para a tradição sacerdotal é o Templo de Jerusalém.

Nos versículos 5 a 7, há uma mudança do singular para o plural. Já nos versículos 8 e 9, verifica-se a retomada do singular, o que pode indicar a presença de uma inserção posterior. Outra modificação é o uso do termo *zebah* em vez de *shahat*. O primeiro termo é usado unicamente para o sacrifício de comunhão, também conhecido como “de paz”. O texto cita os sátiros, traduzidos como demônios, possivelmente uma polêmica envolvendo as divindades estrangeiras. Lv 17,7 menciona os sacrifícios aos demônios, os quais têm a forma de bode, animal exigido pela religião oficial no capítulo 16: um bode é enviado para Azazel (cf. Lv 16,10). Conforme se acreditava, essa espécie de demônio habitava campos abertos, ruínas e lugares desolados (cf. Is 13,21; 34,14). Campo aberto e deserto eram sinônimos de mundo inferior. Ao que tudo indica, o capítulo 17 provém de uma tradição diferente do capítulo 16.

Em Lv 17,8-9, há uma segunda lei, quase repetição da primeira (v.3-4): todo holocausto ou sacrifício deve ser levado à Tenda do Encontro. Esta segunda lei inclui o estrangeiro (*ger*) e o holocausto (‘*olâh*). Nem o israelita nem o estrangeiro podem oferecer sacrifícios a outras divindades, mas no texto não está claro que o estrangeiro precisa cultuar o Deus de Israel. A penalidade para aquele que violar essa lei é a exclusão: “será eliminado do meio do seu povo” (v.4.9). Ambas as leis têm a função de centralizar o sacrifício em um altar autorizado, impedindo o culto a outras divindades.

Os versículos 10 a 12 proíbem “comer o sangue”, e a pessoa que o fizer será condenada: “eu me voltarei contra ela e a eliminarei do meio do povo” (Lv 17,10c; cf. Lv 20,3.6; 26,17). A expressão “comer o sangue”, ‘*akal dam*, é repetida quatro vezes nesta lei, o que indica que o sangue era consumido. Havia cultos que incluíam o rito de beber o sangue para comungar com o espírito dos mortos (MILCROM, 1469). O sangue, ou melhor, a vida – *nefesh* – pertence a Deus (Lv 17,11a). O termo *nefesh* é usado cinco vezes no capítulo 17 (11.12.14(2).15). Há uma estreita ligação entre sangue e vida ou ser vivente.

Os versículos 10 e 12 repetem a importância de não ingerir o sangue, e no centro (v.11) está a justificativa: “o sangue é a vida da carne, e esse sangue eu lhes dou para fazer o rito de expiação sobre o altar, pela vida de vocês, pois é o sangue que faz a expiação pela vida”. O sacrifício de comunhão recebe uma nova função: expiação.

A proibição de não comer sangue é comum em outras fontes do Pentateuco e também em Qumran. Em Lv 4,17, esta lei recebe um caráter perma-

nente e abrangente: “É um estatuto perpétuo para todos os descendentes de vocês em qualquer lugar onde estiverem habitando: não comam gordura nem sangue” (cf. Gn 9,4; Lv 7,26-27; Dt 12,16.23-25; 1QS 12,13-14).

A lei exigindo que todo abate de animal, incluindo o abate não sacrificial, fosse apresentado no Templo é diferente, por isso precisa de maior justificativa e rigorismo. A condenação é uma fórmula sacerdotal frequente no Levítico: “O sangue é a vida de todo ser vivo. Por isso, eu digo aos filhos de Israel: não comam o sangue de nenhuma espécie de ser vivo, pois o sangue é a vida de todo ser vivo, e quem o comer será eliminado” (Lv 17,14; cf. 7,20-21; 22,3; 23,29; Ez 14,8).

A proibição de ingerir o sangue se estende à caça somente de animais permitidos. A lei exige que o sangue seja enterrado. Havia uma lista de animais permitidos (Lv 11,1-2.9.22; Dt 14,4-6.11). Os animais proibidos passam a ser considerados fontes de impureza no pós-exílio. É preciso manter a pureza, para que a santidade de Iahweh habite com o povo.

Conforme a compreensão de Crüsemann (2002, p.426), a ênfase na expiação e no perdão dos pecados é nova. Nasce da reflexão sobre o exílio e da culpa que o causou. A terra se tornou impura e vomitará seus moradores (Lv 18,25.28; 20,22). Ela ficará por um tempo deserta (Lv 26,34s). Para evitar tais acúmulos de pecado e impurezas, faz-se necessário o rito de expiação, e nesse rito o sangue tem uma importância fundamental.

Aquele que não fizer os ritos de purificação carregará o peso de seu pecado (17,16; cf. Lv 7,18). Carregar a iniquidade sugere um contexto judicial, com o sentido de carregar a culpa e ser responsável pela restituição ou punição (Mary Douglas, p.126). Uma pessoa considerada impura não podia frequentar o Templo, ou seja, ficava excluída da vida social. O seu corpo se tornava fonte de impurezas para tudo o que ela tocasse. Esse sistema se tornou um peso especialmente para os pobres, que não conseguiam cumprir com as obrigações da Lei. Era necessário apresentar a oferta exigida para a purificação, isto é, a reconciliação, a expiação que era mediada pelo sacerdote.

Deus “perdoa os nossos pecados” (Sl 65,4)

A palavra hebraica *kipper* aparece muitas vezes no livro do Levítico, assumindo o sentido de limpar, purificar, expiar, compensar/pagar. Na tradição sacerdotal, o sacerdote é sempre o sujeito do verbo “expiar”. Às vezes aparece Moisés, mas sempre agindo como um sacerdote. Uma vez que o sacrifício foi centralizado no Templo, o sacerdote oficial passou a ocupar um papel central no culto de Israel. Sem ele não havia rito de expiação.

O holocausto, em sua origem, não tinha a função de expiação: era considerado um presente para a divindade. Ele assume essa característica no pós-exílio, por volta do ano 400 a.C. (Lv 1,4), passando a ser uma oferta “de per-

fume apaziguador para Iahweh” (Lv 1,17c). Diante dos pecados de qualquer membro de Israel – sumo sacerdote, comunidade ou individual –, é preciso fazer um sacrifício de expiação, tendo como exigência o sangue (Lv 4-5).

Os rituais de expiação se tornaram um elemento fundamental da religião de Israel. Inclusive foi instituída a festa do perdão, conhecida como o *Yom Kippurim*, o dia das expiações (Lv 16; 23,26-32). Essa é uma celebração do judaísmo pós-exílico e representa o momento em que se faz a expiação pelo Templo, pelo altar, pelo sacerdote, pelas impurezas dos filhos de Israel e por todos os pecados de Israel (Lv 16,16-24).

No livro do Levítico, o sistema sacrificial abrange todas as dimensões da vida humana. As leis da pureza legislam sobre a comida, o sexo e a saúde (Lv 11-15). “A comida, a sexualidade, a saúde são dinâmicas de reprodução da vida social. Em torno destas dinâmicas se criam procedimentos e rituais que garantem ou restauram a ordem/saúde de todo o corpo” (Pereira, 1996, p.144). O corpo do homem e, especialmente, o da mulher se tornam a principal fonte de impurezas.

Qualquer contato com o sangue torna a pessoa impura e tudo o que ela toca se torna impuro. A pessoa considerada impura está excluída da vida social e só poderá voltar a participar da sociedade quando fizer os ritos de expiação e for declarada purificada pelo sacerdote. Recai um peso maior sobre a mulher, que é considerada impura durante o período da menstruação e quando dá à luz (Lv 12). Se a pessoa for pobre e não tiver condições de entregar as ofertas exigidas, ela deverá levar “duas rolas ou dois pombinhos, um para o holocausto e outro pelo sacrifício pelo pecado” (Lv 12,8; cf. 5,7).

No pós-exílio, com a eliminação do culto a outras divindades, como Aserá, Astarte e os deuses domésticos, o Templo se tornou o centro e as mulheres ficavam sob o controle dos sacerdotes. O papel da mulher foi limitado ao espaço da casa, como filha, esposa e mãe, necessitando de um homem para se apresentar na sociedade: “Quando a mulher ficar curada de seu corrimento contará sete dias, e então estará pura” (Lv 15,28). Lembrando que, em todos os casos, era o sacerdote que fazia o ritual de expiação

Conforme a mentalidade da época, a condição de pureza e o cumprimento da Lei garantiam as bênçãos de Deus: vida longa, riqueza e descendência. Uma situação de doença significava a diminuição da vida e era sinal de pecado. Entre as doenças, a mais condenada era a lepra. Uma pessoa com essa doença era excluída da vida social. Qualquer doença de pele era considerada como lepra. Era função do sacerdote examinar e declarar o doente puro ou impuro (Lv 13).

A doença era vista como castigo de Deus. Nem mesmo os pobres estavam isentos do sacrifício de expiação. A lei afirma o seguinte: “Se for pobre que não tem recursos, pegará somente um cordeiro para o sacrifício de reparação e o oferecerá com o gesto de apresentação, a fim de realizar a expiação

por ele” (Lv 14,21). A exigência do ritual de purificação reforçava o poder do Templo e seu sistema. Nessa conjuntura, os pobres sentiam-se abandonados, como se nem Deus os escutasse: “Na cidade os mortais gemem e os feridos pedem socorro, mas Deus não dá importância a essa infâmia” (Jó 24,12).

“Pois eu quero amor e não sacrifício” (Os 6,6a)

O sistema sacerdotal e suas exigências sacrificiais para obter o perdão de Deus provocam reação contrária em alguns grupos. Na releitura pós-exílica do profeta Oséias, há uma forte crítica contra o ritualismo da religião oficial. Esse grupo proclama que Iahweh prefere o amor e o conhecimento de Deus, ou seja, a lei da justiça e da solidariedade. É possível ver essa mesma crítica no grupo do Terceiro Isaías, que afirma que o jejum aceito por Deus é a prática da justiça social (Is 58,6-7).

Conclusões

O livro do Levítico não é citado no Novo Testamento, mas é somente a partir dele que podemos entender a prática de Jesus e suas rupturas com a lei do puro e do impuro. Em sua trajetória, Jesus se relaciona com pessoas pobres e marginalizadas, consideradas pela religião oficial como pecadoras e impuras. Ele nos revela o rosto de um Deus que rompe as barreiras do puro e do impuro e cria novos espaços de vida para pescadores, publicanos, estrangeiros, mulheres, doentes e anuncia que o reino de Deus é construído a partir dos pequenos (Lc 6,20-23; Mt 5,1-12; Lc 10,21; Mt 11,25).

Uma comunidade no final do século I d.C. entendeu a morte de Jesus dentro do sistema sacrificial apresentado no livro do Levítico: “Ele é a vítima de expiação pelos nossos pecados; e não só pelos nossos, mas também pelos pecados do mundo inteiro”. E mais: Deus “nos amou e nos enviou o seu Filho para a expiação de nossos pecados” (1Jo 2,2; 4,10). Pecado, aqui, entendido como injustiça social e como toda prática que oprime e destrói a convivência entre as pessoas.

A nossa resposta ao amor de Deus é o amor ao próximo. Para além de qualquer lei ou proibição, está a Lei do Amor e da Vida. A leitura do capítulo 17 do Levítico deve ser entendida dentro do seu contexto e nos ensina o respeito à vida de nossos semelhantes, que não deve ser manipulado a serviço do interesse de quem está no poder. De fato, o sangue é vida e a vida pertence a Deus! Nada justifica um sistema econômico, cultural e religioso que exclui e oprime milhares de pessoas.

Bibliografia

- Crüsemann, F. (2001). *Torá: teologia e história social da lei do Antigo Testamento*. Vozes.
- Douglas, M. (2019). *Levítico como literatura*. Loyola.
- Kaefer, J. A., & Dietrich, L. J. (2022). Em S. Nakanose & L. J. Dietrich (Orgs.), *Uma história de Israel: leitura crítica da Bíblia e arqueologia* (pp. 115-153). Paulus.
- Kaiser, Jr., W. C. (1994). *The Book of Leviticus: introduction, commentary and reflections*. *The New Interpreter's Bible*, 1, 985-1191. Abingdon Press.
- Kiuchi, N. (2007). *Leviticus*. Apollos/InterVarsity Press.
- Nova Bíblia Pastoral. (2015). Paulus.
- Schenker, A. (2010). Em T. Römer, J.-D. Macchi, & C. Nihan (Orgs.), *Antigo Testamento: história, escritura e teologia* (pp. 231-241). Loyola.
- Nakanose, S., & Marques, M. A. (2020). *Lei a favor da vida? Entendendo o livro do Deuteronômio*. Paulus.
- Nakanose, S., & Marques, M. A. (2024). *Restauração da monarquia davídica e da terra de Israel: entendendo o livro de Ezequiel*. Paulus.
- Wenham, G. J. (2021). *Levítico: comentário exegético*. Vida Nova.

Maria Antônia Marques